

Consoiciados contemplados no final do grupo adquirem bens com ganhos também



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ao superar todas as situações, o consórcio continua sólido. Trata-se de um produto que se adapta e se ajusta, ao manter sempre suas vantagens e peculiaridades. A contemplação no sistema de consórcios é o momento mais esperado pelo consorciado, desde a adesão. De posse da carta de crédito, será possível concretizar o sonho de adquirir o bem ou contratar o serviço, tão desejados. Muito se discute sobre qual o melhor período para ser contemplado. "Há um senso comum de que quanto mais no início do plano, melhor", diz **Paulo Roberto Rossi**, presidente executivo da **ABAC** - Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios. "Tanto em termos de custos, para os que comparam o consórcio com financiamento, como em termos práticos para os que, quanto antes, puderem usufruir do bem", complementa. A modalidade consórcio vivenciou, ao longo de seus quase 60 anos de existência, diversas conjunturas econômicas. Houve períodos de inflação alta e hiperinflação, planos econômicos, estabilidade econômica e regras que interferiram diretamente no seu desenvolvimento. "Porém, superando todas as

situações, o consórcio continua sólido", enfatiza Luiz Antonio Barbagallo, economista da **ABAC**. "Trata-se de um produto que se adapta e se ajusta, ao manter sempre suas vantagens e peculiaridades, independente do novo momento", complementa. Atualmente, embora a inflação não esteja fora de controle, é inegável que muitos setores vêm reajustando seus preços devido a vários fatores conjunturais, tais como a falta de componentes para a indústria automobilística ou a alta do dólar que se reflete em boa parte da cadeia produtiva como, por exemplo, no agronegócio e no petróleo, entre outros. A inflação, medida pelo IPCA nos últimos 12 meses (set./20 a ago./21), atingiu o elevado índice de 10,25%, e a expectativa divulgada no boletim Focus do Banco Central projeta o fechamento do ano em 8,51%. "Na verdade, não é pouco, porém os reajustes dos bens mais adquiridos por meio do consórcio, em especial os veículos leves, tiveram seus preços médios reajustados bem acima disso", comenta Barbagallo. Neste ano, os veículos modelos hatchs mais vendidos tiveram atualizações de valores variando de 11,20% até 23,09%, enquanto os sedãs, oscilaram de 13,47% a 18,38%. "Assim, como ocorreu com diversos segmentos econômicos, foram reajustes significativos e acima da inflação, esclarece o economista". Em conjunturas inflacionárias, o consorciado precisa manter o poder de compra, mesmo considerando que a maioria deseje ser contemplada logo nas primeiras parcelas. Com reajustes acima da inflação ou mesmo apenas pela inflação, há vantagens interessantes para os que forem os últimos contemplados. Uma das principais características da modalidade está na atualização das parcelas e do valor do bem de acordo com os índices ou com a tabela do fabricante, de acordo com o estabelecido no contrato. "Sabemos ainda que, ao pagar uma parcela reajustada, as anteriores já quitadas não sofrem correções. Ou seja, consorciados não pagam ajustes retroativos, e é aí que está a vantagem dos contemplados mais no final do plano", esclarece Barbagallo. Numa simulação para aquisição de veículo leve por consórcio, com crédito de R\$ 50 mil e prazo de

80 meses, considerando taxa de administração de 0,188% ao mês e correção do bem em 15% ao ano, haveria um investimento final de R\$ 88.801,09. Desde a parcela inicial de R\$ 718,75 até a final de R\$ 1.662,51, com média de R\$ 1.110,01, o consorciado teria variação durante a vida do grupo de 77,6%. Partindo-se da hipótese da compra do bem, após o pagamento da última parcela, "portanto o último contemplado", o consorciado, que teria investido R\$ 88.801,09, incluindo 15%, R\$ 11.582,75, relativos a taxa de administração e outros 15%, R\$ 27.218,34, correspondentes a correção anual do bem, teria mantido seu poder de compra para a valorização final do veículo em R\$ 115.653,04. Este total - valor do veículo à época - seria resultado da última parcela, R\$ 1.445,66, sem a taxa de administração, multiplicada pelas 80 mensalidades. "Ou seja, o consorciado teria economizado R\$ 26.851,95, montante resultado do bem atualizado em R\$ 115.653,04, menos os R\$ 88.801,09 devidamente pagos", resume o economista. "Um bom negócio para quem manteve o poder de compra, sem deixar de pagar qualquer parcela, poupando com disciplina, e ainda mais se considerarmos que a maioria das aplicações financeiras perde para a inflação", finaliza. No universo do sistema de consórcios, há também aqueles consorciados que optam por não retirar o bem e deixar o recurso aplicado, de acordo com as regras do Banco Central, até o término do plano. "Trata-se de uma opção interessante", comenta Rossi. "Contudo fica o alerta de que, por melhor que seja o rendimento das aplicações, corre-se o risco de haver novos reajustes do veículo, acima das remunerações dos investimentos, que, no momento da compra, obrigariam o consorciado a completar o valor", completa. O sistema de consórcios segue crescendo em vendas de novas cotas. No fechamento de setembro, houve recorde mensal de adesões em 2021, com 2,59 milhões de cotas comercializadas. Decorrentes desta boa performance, a modalidade totalizou R\$ 163,85 bilhões em negócios, realizados de janeiro a setembro, que adquiriram cotas com tíquete médio de R\$ 64,01 mil. Houve aumento de 43,3% nos créditos comercializados em relação aos R\$ 114,31 bilhões nos mesmos meses do ano passado, e o consórcio cresceu ainda 18,3% sobre o total das vendas daqueles mesmos nove meses, quando somou 2,19

milhões de cotas comercializadas.

Assuntos e Palavras-Chave: ABAC - ABAC, Paulo Roberto Rossi